

2.º Suplemento

Boletim Oficial

10 | 2019



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

BOLETIM OFICIAL DO BANCO DE PORTUGAL

10 | 2019 2º SUPLEMENTO



Índice

Apresentação

INSTRUÇÕES

Instrução n.º 18/2019*

Manual de Instruções

Atualização decorrente das Instruções publicadas

Instrução n.º 5/2017 (Alterada)

Apresentação

O *Boletim Oficial* do Banco de Portugal, previsto no n.º 3 do artigo 59.º da sua Lei Orgânica, em formato eletrónico a partir de janeiro de 2012, tem como objetivo divulgar os diplomas normativos designados por Instruções, produzidos no exercício da sua competência regulamentar.

Acessoriamente, esta publicação reúne e disponibiliza os Avisos do Banco de Portugal (sempre publicados no *Diário da República*), as Cartas Circulares tidas como relevantes, bem como outras informações.

A sua periodicidade é mensal, sendo disponibilizado ao dia 15 de cada mês ou no primeiro dia útil seguinte, em www.bportugal.pt. Excecionalmente serão publicados suplementos sempre que o caráter urgente, quer de Instruções, quer de outros atos que por lei devam ser publicados, o justifique.

Para além do *Boletim Oficial*, o Banco de Portugal disponibiliza um *Manual de Instruções*, constituído pela totalidade das Instruções em vigor, consultável em Legislação e Normas – SIBAP.

O *Boletim Oficial* eletrónico contém:

- **Instruções**

Atos regulamentares do Banco de Portugal designados por Instruções, numeradas sequencialmente dentro do ano

a que respeitam, classificadas tematicamente.

- **Avisos do Banco de Portugal**

Publicados em *Diário da República*.

- **Cartas Circulares**

Emitidas pelo Banco de Portugal e que, apesar do seu conteúdo não normativo, se entende dever ser objeto de divulgação alargada.

- **Informações**

Selecionadas e cujo conteúdo justifica a sua inclusão no Boletim, numa perspetiva de compilação e difusão mais generalizada, designadamente:

- Comunicados do Banco de Portugal e do Banco Central Europeu;
- Lista das Instituições de Crédito, Sociedades Financeiras, Instituições de Pagamento e Instituições de Moeda Eletrónica registadas no Banco de Portugal;
- Seleção de referências e resumos de legislação nacional e comunitária respeitante a matérias que se relacionam com a atividade das Instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.





INSTRUÇÕES



Índice

Texto da Instrução

Texto da Instrução

Assunto: Alteração à Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2017

No seguimento da transposição da Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento, que altera a Diretiva 2002/87/CE e revoga as Diretivas 2006/48/CE e 2006/49/CE em alguns Estados-Membros registaram-se alterações ao elenco de instituições de crédito, designadamente por via da perda da qualificação de algumas entidades como instituições de crédito, o que acabou por ter consequências da atribuição do passaporte comunitário. De facto, verificou-se que algumas instituições de crédito que operavam em Portugal via sucursal ao abrigo de passaporte comunitário perderam nos Estados-Membros de origem a respetiva qualificação de instituição de crédito, o que, consequentemente determinou a cessação daquele passaporte e, consequentemente da autorização para desenvolver a atividade em Portugal ao abrigo do mesmo.

Assim, tendo perdido a qualificação de instituição de crédito no Estado-Membro país de origem, essas entidades passaram a assumir a qualificação jurídica de instituições financeiras. Ao abrigo do atual enquadramento legal previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro («RGICSF») tais instituições financeiras podem constituir sucursais em Portugal, ao abrigo do artigo 189.º do RGICSF, sendo enquadradas num dos tipos de sociedade financeira previsto no artigo 6.º do RGICSF, aplicando-se-lhes o regime legal e prudencial correspondente ao tipo eleito.

Considerando o tipo de atividades desenvolvidas em Portugal por estas sucursais e a referida equiparação a um dos tipos de sociedade financeira previstos do artigo 6.º do RGICSF, tais entidades devem ficar sujeitas, ao regime prudencial aplicável ao tipo a que são equiparadas, o que motiva alterações regulamentares ao Aviso do Banco de Portugal n.º 11/2014, de 22 de dezembro (“Aviso n.º 11/2014”) de modo a expressamente incluir no respetivo âmbito subjetivo aquelas sucursais.

Este Aviso prevê no seu artigo 7.º, n.º 2, que as exigências de reporte previstas no Capítulo 2 do Título I da Parte III do Regulamento (EU) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento (“CRR”), a aplicar às entidades abrangidas no seu âmbito, sejam definidas por Instrução do Banco de Portugal.

A Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2017, de 3 de abril (“Instrução n.º 5/2017”) regulamenta, na senda desta habilitação, o reporte de informação ao Banco de Portugal para fins de supervisão, em base individual, para algumas entidades mormente as abrangidas pelo âmbito do Aviso n.º 11/2014. Com a alteração do Aviso n.º 11/2014 o qual passa expressamente a incluir as sucursais de instituições financeiras com sede no estrangeiro, justifica-se igualmente ajustar o âmbito da Instrução n.º 5/2017 para abranger igualmente essas entidades já que estas aplicam as mesmas regras prudenciais do tipo de sociedade financeira ao qual são equiparadas, nomeadamente, as regras do Aviso n.º 11/2014.

Nestes termos, o Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 17.º da sua Lei Orgânica, pelo n.º 1 do artigo 99.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, pelo n.º 2 do artigo 121.º-A e 189.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, determina o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração à Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2017

Os artigos 1.º, 3.º, 4.º, 5.º, 9.º e o ponto 2 do Anexo II da Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2017, de 3 de Abril passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º

[...]

1- [...]

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) Sucursais de instituições financeiras com sede no estrangeiro abrangidas pelo n.º 1 do artigo 189.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (“sucursais de instituições financeiras com sede no estrangeiro”).

2 – [...].

Artigo 3.º

[...]

As caixas económicas anexas, as sociedades financeiras, com exceção das empresas de investimento, as instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica e as sucursais de instituições financeiras com sede no estrangeiro preparam, em base individual, a informação sobre os fundos próprios e os requisitos de fundos próprios, prevista no Anexo II à presente Instrução, da qual faz parte integrante (Anexo II).

Artigo 4.º

[...]

As caixas económicas anexas e as entidades abrangidas pelo artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 11/2014, de 22 de dezembro preparam, em base individual, a informação sobre as perdas decorrentes de empréstimos garantidos por imóveis, prevista no Anexo III à presente Instrução, da qual faz parte integrante (Anexo III).

Artigo 5.º

[...]

As caixas económicas anexas e as entidades abrangidas pelo artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 11/2014, de 22 de dezembro preparam, em base individual, a informação sobre os grandes riscos, prevista no Anexo IV à presente Instrução, da qual faz parte integrante (Anexo IV).

Artigo 9.º

[...]

1-[...].

2-[...].

3-[...].

4-[...].

5- As sucursais de instituições financeiras com sede no estrangeiro preparam a informação com uma periodicidade semestral, sendo a mesma remetida ao Banco de Portugal até aos dias 11 de Fevereiro e 11 de Agosto, relativamente a cada semestre do ano.

6-[*anterior n.º 5*].

7-[*anterior n.º 6*].

(...)

ANEXO II – Informação sobre os fundos próprios e os requisitos de fundos próprios

1 – [...].

2 – A informação preparada pelas caixas económicas anexas e as entidades abrangidas pelo artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 11/2014, deve incluir adicionalmente os elementos previstos no quadro («código de modelo») C07.00, que consta no Anexo I do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, e o seu preenchimento deve ser efetuado de acordo com as instruções constantes do Anexo II deste Regulamento.

(...)»

Artigo 2.º

Entrada em vigor

Esta Instrução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.



Índice

Texto da Instrução

Anexo I – Informação financeira

Anexo II – Informação sobre os fundos próprios e os requisitos de fundos próprios

Anexo III – Informação sobre as perdas decorrentes de empréstimos garantidos por imóveis

Anexo IV – Informação sobre os grandes riscos

Anexo V – Informação sobre liquidez

Texto da Instrução

Assunto: Reporte de informação para fins de supervisão

O Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014 da Comissão, de 16 de abril de 2014, que estabelece normas técnicas de execução no que diz respeito ao relato para fins de supervisão das instituições de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014), estabelece requisitos uniformes no que diz respeito à apresentação, às autoridades competentes, dos relatórios de supervisão sobre informação financeira e prudencial das entidades abrangidas pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 (Regulamento (UE) n.º 575/2013).

Atualmente, as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, que não se encontram abrangidas pelo Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, realizam o reporte para fins de supervisão das demonstrações financeiras e sobre fundos próprios e requisitos de fundos próprios com base na Instrução do Banco de Portugal n.º 18/2005 (Instrução n.º 18/2005), na Instrução do Banco de Portugal n.º 23/2007 (Instrução n.º 23/2007) e na Instrução do Banco de Portugal n.º 14/2015 (Instrução n.º 14/2015).

A Instrução n.º 18/2005 tem como objeto regulamentar o reporte das demonstrações financeiras através da criação de um modelo específico, dada a necessidade de obter informação comparável para o desempenho das tarefas de supervisão. Por sua vez, a Instrução n.º 23/2007, tendo por base o «*Framework for Common Reporting of the New Solvency Ratio*» (COREP), tem como objeto regulamentar o reporte de informações periódicas de natureza prudencial. Finalmente, a Instrução n.º 14/2015 tem como objeto regulamentar o reporte de informação sobre os fundos próprios e sobre os requisitos de fundos próprios das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário e das sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário.

No plano contabilístico, o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015 (Aviso n.º 5/2015) veio estabelecer que as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, com exceção das situações abrangidas pelo artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual e as demonstrações financeiras em base consolidada, quando aplicável, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, tal

como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

O n.º 1 do artigo 18.º e o n.º 1 do artigo 20.º, ambos do Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24 de outubro, habilitam o Banco de Portugal a regulamentar requisitos em matéria de supervisão prudencial aplicáveis às sociedades financeiras não abrangidas pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013 e às caixas económicas anexas. Neste âmbito, foram emitidos os Avisos do Banco de Portugal n.ºs 11/2014 e 4/2016, que determinaram a aplicação do Regulamento (UE) n.º 575/2013, com os ajustamentos entendidos por relevantes, respetivamente, a um conjunto de sociedades financeiras (sociedades financeiras de crédito, sociedades de investimento, sociedades de locação financeira, sociedades de factoring, sociedades de garantia mútua e IFD — Instituição Financeira de Desenvolvimento, S. A.) e às caixas económicas anexas.

São ainda de referir o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, que define os requisitos prudenciais aplicáveis às sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário e às sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário, e o Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de outubro, que define os requisitos prudenciais aplicáveis às instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica.

Definido o regime prudencial aplicável àquelas entidades, impõe-se agora proceder à revisão do atual enquadramento de reporte de informação para fins de supervisão, tendo em conta a necessidade de regulamentar quais os elementos de informação contabilística que aquelas entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal devem reportar, e a necessidade de adaptar os modelos de reporte de informações de natureza prudencial aos novos requisitos em vigor.

A presente Instrução tem assim como objetivo por um lado, a obtenção de dados comparáveis para proceder à análise da situação financeira e prudencial das entidades não abrangidas pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013 e, concomitantemente, pelo Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, tendo em consideração critérios de proporcionalidade e, por outro lado, o desenvolvimento e implementação de um conjunto único de reportes harmonizados de supervisão com as demais entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

Adicionalmente, existem ainda outros reportes sobre demonstrações financeiras, nomeadamente decorrentes da Instrução do Banco de Portugal n.º 113/96, da Instrução do Banco de Portugal n.º 36/2000 e da Instrução do Banco de Portugal n.º 29/2009, os quais não se encontram adaptados aos requisitos prudenciais em vigor, optando-se por regulamentar esses reportes no âmbito da presente Instrução.

Por último, importa referir que as cartas circulares associadas às instruções objeto de revogação se consideram sem efeito a partir da data de entrada em vigor da presente Instrução.

Assim, o Banco de Portugal, no uso das competências que lhe são conferidas pelo artigo 17.º da sua Lei Orgânica, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, na sua redação atual, pelo disposto no n.º 1 do artigo 115.º e pelas disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 196.º, todos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, na sua redação atual, pelo artigo 6.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, pelo artigo 10.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2016, pelo

artigo 11.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 11/2014 e pela alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de outubro, na sua redação atual, aprova a seguinte Instrução:

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

1 – A presente Instrução regulamenta o reporte de informação para fins de supervisão, em base individual, a apresentar pelas seguintes entidades:

a) Caixas económicas anexas;

b) Sociedades financeiras, com exceção das empresas de investimento;

c) Instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica; e

d) Sociedades gestoras de participações sociais e empresas-mãe na União Europeia de um grupo, em ambos os casos quando sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

e) Sucursais de instituições financeiras com sede no estrangeiro abrangidas pelo n.º 1 do artigo 189.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (“sucursais de instituições financeiras com sede no estrangeiro”).

Redação introduzida pela Instrução n.º 18/2019, publicada no BO n.º 10/2019 2.º Suplemento, de 5 de novembro de 2019.

2 – As entidades sujeitas a supervisão em base consolidada, com exceção das entidades abrangidas pelo Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014 da Comissão, de 16 de abril de 2014, que estabelece normas técnicas de execução no que diz respeito ao relato para fins de supervisão das instituições de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014), reportam a informação para fins de supervisão, em base consolidada, considerando o grupo de entidades que o Banco de Portugal entenda estarem integradas no respetivo perímetro de supervisão em base consolidada.

Artigo 2.º

Informação financeira

As entidades abrangidas pelo âmbito da presente Instrução preparam, em base individual, a informação financeira prevista no Anexo I à presente Instrução, da qual faz parte integrante (Anexo I).

Artigo 3.º

Informação sobre os fundos próprios e os requisitos de fundos próprios

As caixas económicas anexas, as sociedades financeiras, com exceção das empresas de investimento, as instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica e as sucursais de instituições financeiras com sede no estrangeiro preparam, em base individual, a informação sobre os fundos próprios e os requisitos de fundos próprios, prevista no Anexo II à presente Instrução, da qual faz parte integrante (Anexo II).

Redação introduzida pela Instrução n.º 18/2019, publicada no BO n.º 10/2019 2.º Suplemento, de 5 de novembro de 2019.

Artigo 4.º

Informação sobre as perdas decorrentes de empréstimos garantidos por imóveis

As caixas económicas anexas e as entidades abrangidas pelo artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 11/2014, de 22 de dezembro preparam, em base individual, a informação sobre as perdas decorrentes de empréstimos garantidos por imóveis, prevista no Anexo III à presente Instrução, da qual faz parte integrante (Anexo III).

Redação introduzida pela Instrução n.º 18/2019, publicada no BO n.º 10/2019 2.º Suplemento, de 5 de novembro de 2019.

Artigo 5.º

Informação sobre os grandes riscos

As caixas económicas anexas e as entidades abrangidas pelo artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 11/2014, de 22 de dezembro preparam, em base individual, a informação sobre os grandes riscos, prevista no Anexo IV à presente Instrução, da qual faz parte integrante (Anexo IV).

Redação introduzida pela Instrução n.º 18/2019, publicada no BO n.º 10/2019 2.º Suplemento, de 5 de novembro de 2019.

Artigo 6.º

Informação sobre liquidez

As caixas económicas anexas preparam, em base individual, a informação sobre liquidez, prevista no Anexo V à presente Instrução, da qual faz parte integrante (Anexo V).

Artigo 7.º

Informação em base consolidada

As entidades sujeitas a supervisão em base consolidada, abrangidas pelo âmbito da presente Instrução, preparam, em base consolidada, a informação prevista nos Anexos I a V.

Artigo 8.º

Preenchimento, comunicação e formato de envio

1 – Os anexos I a V definem a estrutura e as características da informação a comunicar ao Banco de Portugal, devendo ser preenchidos:

- a) De acordo com as instruções constantes do respetivo anexo, e;
- b) Em observância das especificações técnicas disponibilizadas no site da internet do Banco de Portugal em [Obrigações de reporte das instituições supervisionadas](#), e no sistema BPnet.

2 – A comunicação referida no número anterior deve ser realizada através do sistema BPnet e num dos formatos XBRL, XML ou CSV.

Redação introduzida pela Instrução n.º 8/2019, publicada no BO n.º 5/2019 2.º Suplemento, de 3 de junho de 2019.

Artigo 9.º

Periodicidade do reporte

1 – Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a informação prevista no âmbito da presente Instrução é preparada com uma periodicidade trimestral.

2 – A informação deve ser remetida ao Banco de Portugal até aos dias 12 de maio, 11 de agosto, 11 de novembro e 11 de fevereiro relativamente a cada trimestre do ano, respetivamente.

3 – A informação financeira sobre partes relacionadas prevista no artigo 2.º e a informação sobre as perdas decorrentes de empréstimos garantidos por imóveis prevista no artigo 4.º é preparada com uma periodicidade semestral e remetida ao Banco de Portugal até aos dias 11 de agosto e 11 de fevereiro, relativamente a cada semestre do ano.

4 – As agências de câmbio preparam a informação com uma periodicidade anual sendo a mesma remetida ao Banco de Portugal até ao dia 11 de fevereiro.

5 – As sucursais de instituições financeiras com sede no estrangeiro preparam a informação com uma periodicidade semestral, sendo a mesma remetida ao Banco de Portugal até aos dias 11 de Fevereiro e 11 de Agosto, relativamente a cada semestre do ano.

Redação introduzida pela Instrução n.º 18/2019, publicada no BO n.º 10/2019 2.º Suplemento, de 5 de novembro de 2019.

6 – A periodicidade dos reportes abrangidos pela presente Instrução tem por base o ano civil e a informação a reportar é preparada com referência ao último dia do período a que se refere.

Renumerado pela Instrução n.º 18/2019, publicada no BO n.º 10/2019 2.º Suplemento, de 5 de novembro de 2019.

7 – Quando a data limite para envio da informação terminar em dia não útil, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Renumerado pela Instrução n.º 18/2019, publicada no BO n.º 10/2019 2.º Suplemento, de 5 de novembro de 2019.

Artigo 10.º

Disposições transitórias

1 – Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a primeira prestação de informação ao abrigo da presente Instrução deve ser remetida até 12 de maio de 2017 e deve incluir a informação referente a 31 de dezembro de 2016 e 31 de março de 2017.

2 – Relativamente às informações financeiras previstas no artigo 2.º com data de referência de 31 de dezembro de 2016, as entidades abrangidas pelo âmbito da presente Instrução, devem apenas incluir os elementos previstos nos quadros («código de modelo») F01.01, F01.02, F01.03 e F02.00, que constam no Anexo III do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014 e o seu preenchimento deve ser efetuado de acordo com as instruções constantes do Anexo V deste Regulamento.

Artigo 11.º

Norma revogatória

São revogadas as Instruções do Banco de Portugal n.ºs 113/96, 36/2000, 18/2005, 23/2007, 29/2009 e 14/2015.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

A presente Instrução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Anexo I – Informação financeira

1 – A informação preparada deve incluir os elementos previstos no Anexo II do Regulamento (UE) n.º 2015/534 do Banco Central Europeu de 17 de março de 2015, relativo ao reporte de informação financeira para fins de supervisão (Reporte especialmente simplificado de informação financeira para fins de supervisão), bem como os elementos previstos nos quadros («código de modelo») F09.02, F13.01, F13.02, F13.03, F22.01, F22.02, F31.01, e F31.02, que constam no Anexo III do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014 (Relato de informação financeira de acordo com as IFRS) e o seu preenchimento deve ser efetuado de acordo com as instruções constantes do Anexo V deste Regulamento.

2 – A informação preparada pelas instituições de pagamento que desenvolvam atividades distintas das da prestação de serviços de pagamentos, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de outubro, na redação atual (Decreto-Lei n.º 317/2009), deve incluir adicionalmente os elementos previstos nos quadros («código de modelo») F01.01, F01.02, F01.03 e F02.00, que constam no Anexo III do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, em relação às atividades desenvolvidas nos termos daquela norma, e o seu preenchimento deve ser efetuado de acordo com as instruções constantes do Anexo V deste Regulamento.

3 – A informação preparada pelas agências de câmbio deve incluir adicionalmente os elementos previstos no modelo SFPREP 01.00:


SFPREP 01.00: Informação financeira das agências de câmbio
Volume de compras e vendas de moeda estrangeira (contravalor em euros)

		Compras			Vendas		
			Sector financeiro	Clientela		Sector financeiro	Clientela
		010	020	030	040	050	060
USD	010						
GDP	020						
CHF	030						
JPY	040						
Outras	050						

Por «setor financeiro» deve-se entender instituições de crédito e sociedades financeiras.

4 – A informação preparada, pelas sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário e pelas sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário, deve incluir adicionalmente os elementos previstos no quadro apresentado em seguida (Modelo SGFI01):

Modelo SGFI01

	
BANCO DE PORTUGAL EUROSISTEMA	
Departamento de Supervisão Prudencial	
Informação financeira das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário/imobiliário	
Gestão discricionária e individualizada de carteiras (SGFI01)	
1. Valor líquido global sob gestão discricionária e individualizada de carteiras por tipo de cliente	-
1.1. Clientes particulares	-
1.2. Clientes institucionais	-
1.3. Entidades do grupo	-

Anexo alterado pela Instrução n.º 8/2019, publicada no BO n.º 5/2019 2.º Suplemento, de 3 de junho de 2019.

Anexo II – Informação sobre os fundos próprios e os requisitos de fundos próprios

1 – A informação preparada deve incluir os elementos previstos nos quadros («código de modelo») C01.00 e C02.00, que constam no Anexo I do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, e o seu preenchimento deve ser efetuado de acordo com as instruções constantes do Anexo II deste Regulamento, do Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2010 ou da regulamentação de fundos próprios mínimos, conforme aplicável.

2 – A informação preparada pelas caixas económicas anexas e as entidades abrangidas pelo artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 11/2014, deve incluir adicionalmente os elementos previstos no quadro («código de modelo») C07.00, que consta no Anexo I do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, e o seu preenchimento deve ser efetuado de acordo com as instruções constantes do Anexo II deste Regulamento.

3 – A informação preparada pelas instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica tem em conta o previsto no anexo do Decreto-Lei n.º 91/2018, de 12 de novembro, e deve incluir adicionalmente os elementos previstos nos modelos SFPREP 02.01, SFPREP 02.02 e SFPREP 02.03:

SFPREP 02.01: Requisitos de fundos próprios das instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica
Método das despesas gerais fixas

		Montante
		010
Despesas gerais fixas do ano anterior	010	
Fator de exposição a riscos	020	
Requisitos mínimos de fundos próprios	030	

SFPREP 02.02: Requisitos de fundos próprios das instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica
Método do volume de pagamentos

		Decomposição montante	Montante
		010	020
Volume de pagamentos	010		
até 5 milhões de euros	020		
acima de 5 e até 10 milhões de euros	030		
acima de 10 e até 100 milhões de euros	040		
acima de 100 e até 250 milhões de euros	050		
acima de 250 milhões de euros	060		
Volume de pagamentos ponderado	070		
Fator de escala k	080		
Requisitos de fundos próprios após fator de escala k	090		
Fator de exposição a riscos	100		
Requisitos de fundos próprios	110		

SFPREP 02.03: Requisitos de fundos próprios das instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica
Método do indicador relevante

		Decomposição montante	Montante
		010	020
Indicador relevante no final do exercício financeiro anterior	010		
Receitas de juros	020		
Encargos com juros	030		
Comissões recebidas	040		
Outros proveitos de exploração	050		
Comissões pagas por serviços prestados por terceiros (outsourcing)	060		
Média do indicador relevante para os três últimos exercícios financeiros	070		
Indicador relevante para determinação dos requisitos de fundos próprios	080		
até 2,5 milhões de euros	090		
acima de 2,5 e até 5 milhões de euros	100		
acima de 5 e até 25 milhões de euros	110		
acima de 25 e até 50 milhões de euros	120		
acima de 50 milhões de euros	130		
Indicador relevante ponderado	140		
Fator de escala k	150		
Requisitos de fundos próprios após fator de escala k	160		
Fator de exposição a riscos	170		
Requisitos de fundos próprios	180		

4 – A informação preparada pelas instituições de moeda eletrónica deve incluir adicionalmente os elementos previstos no modelo SFPREP 03.00:

SFPREP 03.00: Requisitos de fundos próprios das instituições de moeda eletrónica
Atividade de emissão de moeda eletrónica

		Montante
		010
Valor médio da moeda eletrónica em circulação	010	
Fator de exposição a riscos	020	
Requisitos mínimos de fundos próprios	030	

SFPREP 03.00,r010,c010: Valor médio da moeda eletrónica em circulação de acordo com a alínea fff) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 91/2018, de 12 de novembro.

5 – A informação preparada, pelas sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário e as sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário, deve incluir adicionalmente os elementos previstos no quadro apresentado em seguida (Modelo SGFI02):

Modelo SGFI02



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Departamento de Supervisão Prudencial

Requisitos de fundos próprios das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário/imobiliário

Carteiras sob gestão (SGFI02)

1. Valor líquido global dos organismos de investimento coletivo em valores mobiliários	-
2. Valor líquido global dos organismos de investimento alternativo	-
2.1. Organismos de investimento em capital de risco	-
2.2. Fundos de empreendedorismo social	-
2.3. Organismos de investimento alternativo especializado	-
2.4. Organismos de investimento alternativo em valores mobiliários	-
2.5. Organismos de investimento imobiliário	-
2.6. Organismos de investimento em ativos não financeiros	-
3. Valor líquido global dos organismos de investimento coletivo sob forma societária	-
4. Valor líquido global das carteiras sob gestão	-
5. Capital inicial e montante suplementar de fundos	-
5.1. Capital inicial mínimo	-
5.2. 0,02% x Valor da rubrica 4. no excedente de € 250.000.000	-
5.3. Garantia prestada por instituição de crédito ou empresa de seguros com sede na União Europeia (no limite de 50% de 5.2)	-
6. Fundos próprios mínimos	
6.1. Valor total das despesas gerais fixas do ano anterior	-
6.2. 25% x Valor da rubrica 6.1.	-
7. Fundos próprios suplementares para cobrir eventuais riscos de responsabilidade civil (se aplicável)	-
8. Requisitos de fundos próprios	-
9. Fundos próprios totais da sociedade	-
10. Diferença (9. - 8.)	-
11. Total de ativos líquidos da sociedade	-

Rubricas 1 e 2: Conforme alínea a) do n.º 5 do artigo 71.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, na sua redação atual (RGOIC).

Rubricas 2.1 a 2.6: Discriminação consoante a tipologia dos Organismos de Investimento Alternativo.

Rubrica 3: Conforme alínea b) do n.º 5 do artigo 71.º do RGOIC.

Rubrica 5.1: Capital inicial mínimo exigido pela alínea l) do artigo 1.º da Portaria n.º 95/94, de 9 de fevereiro, na redação atual.

Rubrica 5.3: Conforme n.º 2 do artigo 71.º do RGOIC.

Rubrica 6.1: Conforme n.º 4 do artigo 71.º do RGOIC, artigo 97.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 (Regulamento (UE) n.º 575/2013) e o Capítulo V-A do Regulamento Delegado (UE) n.º 241/2014 que completa o Regulamento (UE) n.º 575/2013, no que respeita a normas técnicas de regulamentação dos requisitos de fundos próprios das instituições, alterado pelo Regulamento Delegado (UE) 2015/488 da Comissão, de 4 de setembro de 2014 (Regulamento Delegado (UE) n.º 241/2014).

Rubrica 7: Conforme n.º 7 do artigo 71.º do RGOIC.

Rubrica 9: Conforme a Parte II do Regulamento (UE) n.º 575/2013, sem prejuízo das disposições transitórias aplicáveis ao abrigo da Parte X do mesmo Regulamento e do previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013.

Rubrica 11: Conforme n.º 8 do artigo 71.º do RGOIC. Para efeitos do disposto no n.º 8 do artigo 71.º do RGOIC, por ativos líquidos entendem-se os previstos no n.º 1 do artigo 416.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013, excluindo a condição prevista na alínea d) do n.º 3 do referido artigo, e as disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito com prazo residual inferior a 30 dias ou mobilizáveis sem penalização num prazo máximo de 30 dias.

6 – A informação preparada, pelas sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário e as sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário autorizadas a exercer as atividades referidas na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º e na alínea b) do artigo 69.º do RGOIC, respetivamente, deve incluir adicionalmente os elementos previstos no quadro apresentado em seguida (Modelo SGFI03):

Modelo SGFI03

 BANCO DE PORTUGAL EUROSISTEMA	
Departamento de Supervisão Prudencial	
Requisitos de fundos próprios das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário/imobiliário	
Gestão discricionária e individualizada de carteiras (SGFI03)	
1. Posições em risco	
1.1. Montante das posições ponderadas pelo risco referente ao risco de crédito e ao risco de redução dos montantes a receber	-
1.2. Requisitos de fundos próprios relativos à atividades da carteira de negociação	-
1.3. Requisitos de fundos próprios relativos a risco cambial, risco de liquidação e risco sobre mercadorias	-
1.4. Requisitos de fundos próprios relativos ao risco de ajustamento da avaliação de crédito dos instrumentos derivados <i>over the counter</i> (OTC)	-
1.5. Montante das posições ponderadas pelo risco referente ao risco de contraparte decorrente das atividades da carteira de negociação	-
1.6. Montante total	-
1.7. Valor total das despesas gerais fixas do ano anterior	-
1.8. 25% x Valor da rubrica 1.7.	-
1.9. 12,5 x Valor da rubrica 1.8.	-
1.10. Montante total de Posições em Risco	-
2. Rácios de Capital	
2.1. Fundos Próprios Principais de nível 1 (FPP1)	-
2.2. Rácio FPP1	0,00%
2.3. Fundos Próprios de nível 1 (FP1)	-
2.4. Rácio FP1	0,00%
2.5. Fundos Próprios Totais	-
2.6. Rácio Fundos Próprios Totais	0,00%


Rubricas 1 e 2: Conforme n.º 9 do artigo 71.º do RGOIC.

Rubrica 1: Conforme n.º 2 do artigo 95.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013.

Rubrica 2: Conforme n.ºs 1 e 2 do artigo 92.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013.

7 – A informação preparada, pelas sociedades gestoras de fundos de titularização de crédito, deve incluir adicionalmente os elementos previstos no quadro apresentado em seguida (Modelo SGFTC01):

Modelo SGFTC01

		BANCO DE PORTUGAL EUROSISTEMA	
Departamento de Supervisão Prudencial			
Requisitos de fundos próprios das sociedades gestoras de fundos de titularização de crédito			
Fundos administrados (SGFTC01)			
1. Valor líquido global dos fundos administrados		<input type="text" value="-"/>	
2. Fundos próprios mínimos para o valor líquido global dos fundos administrados			
2.1. Até 75 milhões de euros (0,5%)	<input type="text" value="-"/>	<input type="text" value="-"/>	
2.2. Acima de 75 milhões de euros (0,1%)	<input type="text" value="-"/>	<input type="text" value="-"/>	
3. Requisitos de fundos próprios	<input type="text" value="-"/>		
4. Fundos próprios totais da sociedade	<input type="text" value="-"/>		
5. Diferença (4. - 3.)	<input type="text" value="-"/>		

Anexo alterado pela Instrução n.º 8/2019, publicada no BO n.º 5/2019 2.º Suplemento, de 3 de junho de 2019.

Anexo alterado pela Instrução n.º 18/2019 publicada no BO n.º 10/2019 2.º Suplemento, de 5 de novembro de 2019.

Anexo III – Informação sobre as perdas decorrentes de empréstimos garantidos por imóveis

A informação preparada deve incluir os elementos previstos no quadro («código de modelo») C15.00, que consta no Anexo VI do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, e o seu preenchimento deve ser efetuado de acordo com as instruções constantes do Anexo VII deste Regulamento.

Anexo IV – Informação sobre os grandes riscos

A informação preparada deve incluir os elementos previstos nos quadros («código de modelo») C27.00, C28.00 e C29.00, que constam no Anexo VIII do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, e o seu preenchimento deve ser efetuado de acordo com as instruções constantes do Anexo IX deste Regulamento.

Anexo V – Informação sobre liquidez

A informação preparada deve incluir os elementos previstos no modelo SFPREP 04.00:

SFPREP 04.00: Requisitos de liquidez das caixas económicas anexas

		Montante
		010
Recursos obtidos junto de clientes	010	
Requisitos de liquidez	020	
Ativos detidos elegíveis e não onerados	030	
Notas e moedas	040	
Disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito com prazo residual inferior a 30 dias ou mobilizáveis sem penalização num prazo máximo de 30 dias	050	
Títulos de dívida pública dos Estados-Membros da União Europeia da zona euro	060	
Excesso/insuficiência de requisitos de liquidez	070	

Anexo alterado pela Instrução n.º 8/2019, publicada no BO n.º 5/2019 2.º Suplemento, de 3 de junho de 2019.

